



PODER

Proteção infantil avança, contra vontade da oposição

Câmara vota hoje o projeto para combater a adultização de crianças nas redes sociais e responsabilizar plataformas. Deputados contrários ao governo anunciam que farão obstrução e acusam o texto de dar poderes ao Executivo de censurar opositores

» ISRAEL MEDEIROS

Kayo Magalhaes



Motta na sessão: assunto virou prioridade na Câmara com a repercussão do vídeo com denúncias sobre a exploração sexual de crianças nas redes

A Câmara vai votar, hoje, o projeto de lei que combate a adultização de crianças nas redes sociais e obriga as plataformas a proteger menores de idade no ambiente digital. A urgência do texto foi aprovada de maneira simbólica pelo plenário, ontem, apesar dos protestos da ala bolsonarista e de um bate-boca com o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB). A oposição anunciou que fará obstrução à votação do tema. O grupo alega que o projeto, já aprovado no Senado, dá poderes ao governo para censurar opositores nas redes sociais.

Entre os principais pontos estão as obrigações impostas a plataformas digitais de garantir a proteção e a privacidade de crianças e adolescentes. Segundo o texto, as empresas não adequadas para esses públicos precisarão adotar mecanismos para evitar o uso e verificar a identidade dos usuários. As big techs também serão obrigadas a vincular perfis de crianças aos dos respectivos responsáveis legais, além de informá-los sobre a inadequação de serviços.

Redes sociais também ficam proibidas de criar perfis comportamentais de crianças e adolescentes a partir do monitoramento para venda de publicidade e terão de prevenir e mitigar o acesso e a exposição a conteúdos como exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes, bullying, assédio, violência física, publicidade de serviços ou produtos destinados a adultos, como jogos de azar e drogas ilícitas.

Terão, ainda, que comunicar às autoridades quando detectarem conteúdos de exploração e abuso sexual infantil. Empresas que descumprirem as regras poderão ser multadas em até 10% do faturamento no Brasil, com limite de R\$ 50 milhões por infração. O montante arrecadado com multas será destinado ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente. As plataformas poderão, ainda, ser suspensas ou proibidas de atuar no Brasil.

O assunto virou prioridade na Câmara com a repercussão do vídeo do youtuber Felca, publicado no início de agosto, com denúncias sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes em redes sociais. O tema também entrou no radar do governo Lula, que iniciou



Temos hoje muita preocupação, principalmente todas as famílias do nosso país, com relação a essa questão do ambiente digital, principalmente no que diz respeito à proteção das nossas crianças, dos nossos adolescentes"

Hugo Motta (Republicanos-PB), presidente da Câmara

uma campanha com uma série de publicações em redes sociais alertando para a importância de discutir o assunto e apoiando o projeto em discussão na Câmara.

A decisão de incluir o requerimento de urgência ocorreu depois de uma reunião de líderes na manhã de ontem, mas Hugo Motta já havia anunciado que a Casa daria celeridade às discussões sobre o assunto. "Eu penso que essa é uma pauta urgente da sociedade brasileira. Temos hoje muita preocupação, principalmente todas as famílias do nosso país, com relação a essa questão do ambiente digital, principalmente no que diz respeito à proteção das nossas crianças, dos nossos adolescentes", disse Motta antes da reunião de líderes.

Resistência

Depois da reunião, líderes de partidos de oposição criticaram a medida. O líder do Novo, Marcel van

Hattem (RS), defendeu as big techs e argumentou que já há regras rígidas para o setor no Brasil. Ele culpou as autoridades responsáveis por investigar crimes na internet pelas falhas. Para ele, os casos de crianças exploradas por influenciadores por dinheiro só foram possíveis porque a polícia não atuou "no tempo correto".

"As redes têm sua responsabilidade, por meio do Marco Civil da Internet. Existe já a regulamentação — aliás, uma regulamentação bastante recente (...). O que se faz, muitas vezes, é uma cortina de fumaça sobre a inabilidade das instâncias investigativas", afirmou o parlamentar. Ele argumentou que o projeto é um pretexto para dar poderes de "censura" ao governo federal.

A líder da minoria, Caroline de Toni (PL-SC), foi na mesma linha. "O que a gente quer é uma legislação que una os partidos em prol da proteção dos menores, e não um pretexto para poder censurar", disse a deputada. Parlamentares da base criticaram

o posicionamento da oposição. O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE) afirmou que as redes sociais são uma "terra sem lei". "A oposição extremista ainda está muito atrasada em relação à regulação das big techs. O argumento de que regular é 'censura' está superado. A violência nas redes derrubou esse argumento", frisou. "Não só os pedófilos barbarizam nas redes, terra sem lei, mas os neonazistas, os produtores de fake news e o crime organizado, em geral. O Brasil precisa se livrar do atraso organizado e aprovar uma lei no padrão da União Europeia, da Austrália, do Canadá e de outros países democráticos mundo afora."

O líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), também criticou a oposição e defendeu a necessidade de avançar com o tema. "É algo imoral que a gente não consiga fazer uma legislação que minimamente proíba que pedófilos, que pessoas ganhem dinheiro com isso", ressaltou.

Punições a deputados

Com o apoio do governo, a Câmara também aprovou ontem, sob clima de tensão, a urgência para apreciação de um projeto que pune com suspensões de até seis meses os deputados que praticarem agressão física ou a obstrução física do funcionamento das atividades da Casa. Foram 266 votos a favor e 114 contrários. O Projeto de Resolução 63 de 2025 também pune xingamentos e atos que configurem "desacato" a colegas e à Mesa da Câmara.

O texto foi apresentado pela própria Presidência da Câmara e é uma resposta ao motim bolsonarista que interrompeu os trabalhos há duas semanas. Na ocasião, deputados impediram o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), de chegar à cadeira e dar início à sessão. Também houve bate-boca e agressões entre parlamentares no plenário.

Ao todo, 14 deputados tiveram representações enviadas à Corregedoria da Câmara e podem ter o mandato suspenso por até seis meses pela atuação durante o motim. O ponto mais polêmico do projeto, no entanto, é o poder que o texto dá ao presidente da Casa, que pode decidir afastar parlamentares sem precisar de um aval de toda a Mesa Diretora.

A oposição criticou e alegou perseguição, embora o texto não tenha efeito retroativo — ou seja: os amotinados de duas semanas atrás não poderiam ser atingidos pela nova regra. O líder do Novo, Marcel van Hattem (RS), que participou da obstrução, disse que Motta passa a ser um "braço da ditadura" se as mudanças entrarem em vigor. "Com esse projeto de resolução agora, Vossa Excelência pode vir a ser o braço da ditadura sentado na cadeira de presidente, tentando punir deputados que fazem obstrução legal e regimental contra qualquer tipo de ditadura e censura", disparou Van Hattem durante a discussão da urgência.

A preocupação, no entanto, não se limitou à oposição. O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) criticou o que chamou de "concentração de poder" nas mãos do presidente da Câmara. "Eu estimo que o presidente Hugo Motta use esse poder com parcimônia. Amanhã eu não sei quem será o presidente", afirmou.

Motta respondeu com um discurso. Em tom mais elevado e enfático do que de costume, disse que o projeto é um recado aos que obstruíram os trabalhos da Câmara há duas semanas. "Todos aqueles que aqui estavam e participaram daqueles momentos sabem que momentos como aquele não podem e não irão se repetir aqui nesta Casa sob a nossa presidência", enfatizou.

Ele argumentou, também, que o texto pode sofrer modificações quando um relator for designado. "Não há, desta presidência, o interesse de hipertrofiar os seus poderes. O que há desta Presidência, ao apresentar este projeto, é o desejo de preservar o bom funcionamento da Câmara", ressaltou. "Infelizmente, estamos vivendo tempos estranhos, em que chegamos a ter aqui acontecimentos como aquele, que devem ser esquecidos da nossa história, porque, além de nos envergonhar, nos obrigam a ser enérgicos para evitar que episódios assim voltem a ocorrer", concluiu Motta. (IM)

Plano do governo sobre big techs segue STF

O plano do governo Lula para regular as plataformas digitais, composto por dois projetos de lei que devem ser enviados ao Congresso nos próximos dias, incorpora o que decidiu o Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a responsabilidade civil das empresas, prevê controle parental em redes sociais e evita tratar de desinformação.

O STF decidiu em junho, no âmbito do julgamento sobre a constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet, que as plataformas são obrigadas a remover proativamente conteúdo criminoso considerado grave (terrorismo, incitação ao suicídio, discriminação, pornografia infantil, tráfico de pessoas e pedidos por golpe de Estado).

A responsabilização ocorre, nesse caso, se houver falha sistêmica, em que a plataforma deixa de adotar medidas adequadas de prevenção ou remoção dos conteúdos ilícitos, em violação do dever de atuar de forma responsável, transparente e cautelosa.

O texto do governo prevê a suspensão das atividades das empresas que descumprirem reiteradamente com suas obrigações sistêmicas, por 30 dias prorrogáveis por mais 30. Essa punição só seria alcançada após uma série de outras sanções, que vão de advertências e multas até a vedação do serviço, e não têm relação com a retirada de conteúdo das redes sociais.

No Brasil, serviços podem ser suspensos sem determinação judicial em diversos casos — pelo Código de Defesa do Consumidor, por cassação de alvará pela prefeitura ou por decisão de agência reguladora, por exemplo —, mas o governo entende que seria preciso uma medida de proteção para as redes sociais, por se tratar de um serviço que afeta milhões de brasileiros. O projeto equipara o processo de suspensão dos serviços digitais ao da concessão para rádio e televisão, para evitar a possibilidade de uma suspensão direta sem ordem judicial.

A ideia do governo Lula é criar

Saiba mais

Obrigações das plataformas

Entre os deveres dos fornecedores de serviços digitais previstos na proposta do MJ, segundo relato de pessoas envolvidas na discussão, estão:

- » Instituição de SAC (serviço de atendimento ao cliente)
- » Canal de denúncias
- » Termos de uso
- » Combate a *dark patterns* (mecanismos de design de interfaces digitais que manipulam os usuários)
- » Identificação de contas automatizadas
- » Proteção de dados
- » Restrição de auto play em vídeos
- » Medidas de segurança e transparência

uma regulamentação a partir das bases do que foi decidido pelo Supremo, com algumas diferenças. Isso porque o STF entendeu que, enquanto o Congresso não editar nova lei sobre o tema, a plataforma será responsabilizada civilmente pelos danos decorrentes de conteúdos gerados por terceiros em casos

de crimes em geral ou atos ilícitos se, após receber um pedido de retirada, deixar de remover o conteúdo. A regra também vale para os casos de contas denunciadas como falsas.

A leitura do Palácio do Planalto é que as plataformas digitais não fazem o que está ao seu alcance para proteger o cidadão, embora

lucrem com os usuários.

O tema da regulação parecia fadado ao fracasso, até que houve uma virada na direção dos ventos, após o abuso infantil se tornar um dos assuntos mais comentados do país em razão de um vídeo viral do influenciador Felca denunciando pedófilos. Lula tem aproveitado o gancho.

O projeto elaborado pelo Ministério da Justiça (MJ) — o outro foi feito pela Fazenda — tem uma seção específica para proteção de crianças e adolescentes e um foco transversal em golpes e fraudes, que preocupam o governo por atingir, sobretudo, a economia popular.

O texto não trata de desinformação, e exclui crimes contra a honra (calúnia, difamação e injúria) do rol de temas que podem ser removidos por notificação. No antigo PL das Fake News, o projeto 2.630, que fracassou perto de ser votado no Congresso, a preocupação com uma eventual "censura" das redes sociais desgastou a proposta, o que agora o governo Lula quer evitar.